

Cultura e hegemonia: uma análise do mercado editorial brasileiro na primeira metade da década de 1960

Martina Spohr*

Resumo: Pretendemos desenvolver, a partir do debate em torno do conceito de cultura e de sua ligação com o conceito de hegemonia, uma análise do mercado editorial brasileiro na primeira metade da década de 1960, utilizando conceitos de Antonio Gramsci, Raymond Williams e Jesus Martin-Barbero. Temos como objetivo contextualizar a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado realizado através de empreendimentos culturais, mais especificamente da edição de livros. As características do mercado editorial e sua influência nos projetos desenvolvidos por editoras do período junto à divulgação de valores do grupo do capital multinacional e associado contribuíram para a construção do projeto hegemônico de sociedade difundido por este setor que expressou a aspiração por uma nova ordem, do ponto de vista de atores econômicos, políticos e militares críticos do sistema político praticado no Brasil desde 1946.

Palavras-chave: Mercado editorial; Golpe de 1964; Difusão ideológica.

Abstract: The aim of the present work is to analyze the Brazilian publishing market during the period 1961-1965, based on the debate regarding the concept of culture and its link with the concept of hegemony, utilizing ideas of Antonio Gramsci, Raymond Williams and Jesus Martin-Barbero. Our objective is to contextualize the ideological diffusion of multinational industrial capital and associated national capital group by means of cultural enterprises, more specifically through book publishing. The characteristics of the publishing market and its influence on projects developed by publishers of the time as well as the propagation of the values of the multinational industrial capital and associated national capital group contributed to the construction of the hegemonic social project espoused by this sector which expressed an aspiration for a new order, on the part of economic, political and military actors critical of the political system in force in Brazil since 1946.

Key words: Publishing market; Putsch of 1964 in Brazil; Ideological diffusion.

Nossa proposta no presente trabalho reside em discutir as relações entre a concepção de cultura presente no pensamento marxista e a pesquisa que vem sendo desenvolvida no mestrado. A idéia é apresentar o debate em torno do conceito de cultura e sua ligação com o conceito de hegemonia, inserindo as percepções acerca da produção editorial da primeira metade da década de 1960 no Brasil dentro deste escopo teórico.

Utilizaremos, basicamente, três autores. Iniciaremos o debate com Antonio Gramsci (2002; 2006; 2007), trazendo as percepções presentes em seus cadernos sobre literatura e

* Mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

folclore e também nos seus escritos sobre a questão da hegemonia e dos intelectuais. Em seguida trataremos de Raymond Williams (1979), que em seu livro *Marxismo e literatura* propõe uma interessante análise da proposta de conceituação marxista em torno da temática, trazendo, inclusive, as concepções gramscianas. Particularmente no caso de Williams, observamos a aplicabilidade de sua teoria, sendo assim um dos debates que mais contribuíram para a pesquisa em questão. O terceiro autor com o qual trabalharemos é Jesus Martin-Barbero (2008), teórico da comunicação, que em seu livro *Dos meios às mediações* nos fornece elementos interessantes para a discussão teórica do campo em questão por comentar os autores citados acima.

Em seguida, pontuaremos a relação das propostas dos autores trabalhados com as nossas percepções acerca do mercado editorial entre os anos de 1960 e 1965. Não pretendemos, neste trabalho, tratar somente das questões quantitativas que envolvem a contextualização da produção editorial nacional do período. Tais questões ganharão espaço reduzido em nossa análise visto que pretendemos caracterizar a dinâmica do processo cultural dentro da conjuntura histórica do momento enfatizando a inserção desta dinâmica na disputa pelo poder, refletido nas relações de classe.

Antes de iniciar nossas considerações, merece destaque um breve resumo dos objetivos gerais da pesquisa que vem sendo desenvolvida. Pretendemos analisar a atividade de disseminação dos valores ideológicos do grupo capital multinacional e associado realizada no Brasil na primeira metade da década de 1960, através de empreendimentos culturais, mais especificamente a edição de livros. O anticomunismo e um modelo de democracia isento de características consideradas “negativas” - a agitação sindical, o nacionalismo extremado e a indisciplina militar etc. - estão entre os principais valores constitutivos dos livros, produzidos internamente ou importados, principalmente, dos EUA. Tais livros expressam a aspiração por uma nova ordem, do ponto de vista de setores econômicos, políticos e militares críticos do sistema político praticado no Brasil desde 1946.

Partindo destas notas sobre a pesquisa, nos voltamos para a justificativa deste trabalho. Visto que a proposta inicial seria a de analisar a difusão ideológica através de empreendimentos culturais, consideramos de suma importância a compreensão do campo no qual se insere o debate da questão cultural. Apesar da pesquisa não objetivar a busca de elementos constitutivos do cenário cultural da época e sim os elementos que puderam fornecer a base ideológica para a construção do projeto hegemônico do grupo do capital multinacional e associado, vimos que a compreensão e a ligação entre os temas envolvidos nos debates acerca da questão da cultura e do conceito de hegemonia são de caráter crucial para o

desenvolvimento das nossas hipóteses de trabalho. Sendo assim, nossa idéia é desenvolver o debate acerca da questão da cultura ligando-a, especificamente, à questão da construção da hegemonia.

Tratando das considerações dos autores marxistas acerca do conceito de cultura podemos considerar que esta é vista como um espaço de construção de significados e da veiculação de valores. Os autores que escolhemos se inserem no campo do materialismo histórico entendendo, portanto, o enraizamento da cultura na vida material e desta como uma atuação concreta na vida dos homens.

A partir destas considerações mais gerais, destacamos as idéias propostas por Antonio Gramsci. Em seu livro “*Os intelectuais e a organização da cultura*” (GRAMSCI, 2006), trabalha a questão da hegemonia através de uma interpretação do Estado com características ampliadas que causaram novas determinações, proporcionando a socialização da política – incluindo-se aí o nascimento dos sindicatos, partidos de massas, sufrágio universal e etc. Isso teria ocorrido após a década de 70 do século XIX. O Estado deixa de agir somente pela coerção e passa a buscar o consenso, a legitimação e a direção intelectual e moral do processo ocorrido na sociedade civil. Isso decorre da adoção dos valores de uma classe por outra classe. A construção de um projeto hegemônico, tal como propomos neste trabalho, ocorre na sociedade civil¹ através dos aparelhos privados de hegemonia, que irá buscar o consenso. Tal projeto passa a se tornar hegemônico na medida em que conquista representatividade, através da existência de elementos pertencentes aos aparelhos de hegemonia que o conduziram, nas mais altas instâncias da sociedade política.

A hegemonia definida por Gramsci possui dois significados principais. O primeiro é a idéia de que esta é um processo ocorrido na sociedade civil onde uma parcela da classe dominante exerce o controle a partir de sua autoridade intelectual e moral, sobre outras frações da classe dominante. O segundo está na relação entre a classe dominante e os dominados, onde a primeira busca moldar os interesses e as necessidades dos segundos (CARNOY, 1994).

¹ Recorremos à compreensão do conceito de sociedade civil de Gramsci a partir da seguinte definição de Virgínia Fontes: “Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da *produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado*. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva) de visões de mundo, da consciência social, de *formas de ser* adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a este terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético-político da contra-hegemonia). Não há oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci.” FONTES, Virgínia. “A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980”. In: NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006, pp. 201-240.

Partindo para entender a relação entre o conceito de hegemonia e as notas acerca da questão da cultura em Gramsci, destacamos alguns pontos para a discussão. Nos cadernos em que Gramsci (2002) discute as questões ligadas à literatura, ao folclore e à gramática observamos algumas preocupações no que diz respeito à questão da cultura. Gramsci, preocupado em analisar a literatura italiana e sua inserção nas questões relacionadas à representação das classes na cultura, destaca a importância da compreensão do espaço no qual esta dinâmica se insere. No parágrafo intitulado “*Arte e luta por uma nova civilização*” (GRAMSCI, 2002: 64-68), o autor aponta questões que se relacionam com a sua compreensão da dinâmica social.

Um determinado momento histórico-social jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições. Ele adquire “personalidade”, é um “momento” do desenvolvimento, graças ao fato de que, nele, uma certa atividade fundamental da vida predomina sobre as outras, representa uma “linha de frente” histórica. Mas isso pressupõe uma hierarquia, um contraste, uma luta. (GRAMSCI, 2002: 65)

Gramsci, quando escreve sobre as questões que envolvem a temática da cultura, está defendendo a necessidade de uma associação cultural que fixe objetivos de classe. Para ele a cultura não está ligada somente a um saber erudito. Desta forma, considera que todo o homem é um intelectual, quando este conquista uma consciência superior, onde compreenda seu valor histórico, seus direitos e deveres. Para dar continuidade às propostas que estamos apresentando destacamos algumas considerações feitas por Jesus Martin-Barbero, mais especificamente no capítulo 4 de seu livro (MARTIN-BARBERO, 2008: 98-111), intitulado “*Redescobrimo o povo: a cultura como espaço de hegemonia*”. Dentro deste capítulo, Barbero apresenta o debate ressaltando as questões relacionadas à dinâmica do processo cultural. Coloca a questão da cultura popular como elemento central deste debate, porém, o que nos interessa neste momento, são os elementos inerentes às proposições presentes na discussão acerca da dinâmica do processo cultural.

Na segunda parte deste capítulo, intitulada “*Cultura, hegemonia e cotidianidade*”, é onde encontramos a relação entre o debate proposto por Barbero e a nossa pesquisa. O autor inicia esta parte falando de Gramsci. Segundo Barbero: “Aqui nos interessa assinalar unicamente o papel jogado pelo pensamento de Gramsci no desbloqueamento, a partir do marxismo, da questão cultural e da dimensão de classe na cultura popular” (MARTIN-BARBERO, 2008: 112). A partir daí merece destaque sua compreensão do conceito de hegemonia em Gramsci

[...] um processo no qual uma classe hegemônica, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas. E “na medida” significa aqui que não há hegemonia, mas sim que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente num “processo vivido”, feito não só de força mas também de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução, de cumplicidade. (MARTIN-BARBERO, 2008: 112)

O cultural é visto por Gramsci como espaço estratégico na luta para ser espaço articulador de conflitos. Barbero fecha sua análise sobre as percepções de Gramsci com o seguinte trecho:

Se algo [Gramsci] nos ensinou é a prestar atenção à trama: que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não o é de resistência, e que nem tudo que vem “de cima” são valores da classe dominante, pois há coisas que, vindo de lá, respondem a outras lógicas que não são as da dominação. (MARTIN-BARBERO, 2008: 114, grifos do autor).

Ao optarmos pela análise de empreendimentos culturais e, mais especificamente, da edição de livros, consideramos o debate apresentado por Williams essencial para a nossa discussão. Nos interessa, principalmente, seus conceitos de cultura e hegemonia. Williams se insere no campo do materialismo cultural e entende a teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico. Para ele, deve-se compreender o caráter material da produção de uma ordem material. Diante disso, passa pelos conceitos de sociedade e economia para chegar ao de cultura. Dentro da percepção do materialismo histórico, a história e a dinâmica social são vistas a partir da noção de processo, visto que as interpretações estão pautadas na questão da racionalidade. Destacamos o seguinte trecho de Williams, onde fala do conceito de cultura:

[...] as possibilidades totais do conceito de cultura como processo social constitutivo, que cria “modos de vida” específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material, foram por longo tempo irrealizadas, e com frequência substituídas na prática por um universalismo abstrato unilinear. (WILLIAMS, 1979: 25).

Williams, ao longo de seu texto, defende a idéia da construção de uma história cultural material baseado na idéia de um “processo humano constitutivo” (WILLIAMS, 1979: 26). Sendo assim, concordamos que a percepção de Williams acerca da noção de cultura baseada na produção material de tal campo. Junto à questão da cultura, destacamos a noção de literatura que, apesar de não ser central no nosso debate, permeia obviamente nossas hipóteses de trabalho.

Williams entende a literatura como processo e resultado de composição formal dentro das propriedades sociais e formais de uma língua, sendo uma experiência imediata da vida onde é produzido um efeito ideológico. Este efeito ideológico se liga diretamente à nossa pesquisa, na medida em que relacionamos a literatura produzida na década de 1960, mais especificamente os livros com os quais estamos lidando diretamente – e esta é uma de nossas hipóteses de trabalho – com a difusão ideológica do grupo do capital multinacional e associado. O tratamento do conceito de literatura por Williams passa pela compreensão de seu papel e de sua influência dentro das classes sociais.

A novidade colocada por Williams na interpretação do conceito de literatura está na sua compreensão como categoria social e histórica especializada. Nesse sentido, o autor fecha o texto sobre o conceito em questão dizendo que os valores constitutivos desta literatura devem ser vistos como prática continuada e em transformação.

A contribuição do autor para a interpretação do conceito de hegemonia é bastante interessante e se aplica perfeitamente ao nosso objeto. Para Williams, o conceito de hegemonia ultrapassa os conceitos de cultura (compreendida como “todo um processo social” no qual os homens definem e modelam suas vidas) e de ideologia (em qualquer um de seus sentidos marxistas, no qual um sistema de significado de valores é a expressão ou projeção de um determinado interesse de classe) (WILLIAMS, 1979: 111, grifos do autor), indo além destes. Vê as relações de domínio e subordinação como consciência prática. É nesta interpretação da consciência prática que a definição de Williams contribui com o conceito de hegemonia de Gramsci, sua matriz de pensamento. A definição de hegemonia para Williams é a seguinte:

A hegemonia é então não apenas o nível articulado superior de “ideologia”, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como “manipulação” ou “doutrinação”. É todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituído – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas de sua vida. Em outras palavras, é no sentido mais forte uma “cultura”, mas uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes [...] Se as pressões e limites de uma determinada forma de domínio são experimentadas em tais proporções, e na prática internalizadas, toda a questão do domínio de classe, e da oposição a ele, se transforma. (WILLIAMS, 1979: 113-114).

A partir da apresentação das idéias de Williams, trazemos para o debate, novamente, o texto de Jesus Martin-Barbero. Este comenta a proposta de Williams de maneira bastante interessante. Para ele, Williams elabora um modelo que permite dar conta da complexa dinâmica dos processos culturais contemporâneos. Merece destaque a seguinte análise de Barbero:

A construção por Williams de um modelo para pensar a dinâmica cultural contemporânea tem duas frentes. A teórica, que desenvolve as implicações da introdução do conceito gramsciano de hegemonia na teoria cultural, deslocando a idéia de cultura do âmbito da ideologia como único âmbito próprio, isto é, da reprodução, até o campo dos processos constitutivos, e portanto transformadores do social. E a metodológica, mediante a proposta de uma tipologia das formações culturais que apresenta três “estratos”: arcaico, residual e emergente. (MARTIN-BARBERO, 2008: 117)

Devemos levar em consideração a inserção teórico-metodológica dos autores dentro das percepções apresentadas pelo materialismo histórico, visando compreender a dinâmica cultural a partir da idéia de processo constitutivo da realidade social. Outro ponto intimamente ligado a esta questão mais geral está no fato de que, todos os autores destacados acima, estão preocupados em analisar a dinâmica do processo cultural a partir da existência de classes sociais. Este elemento, no caso de nossa pesquisa, se apresenta bastante pertinente. Em relação à questão da hegemonia devemos observar que todos os elementos destacados anteriormente nela se encontram presentes. A construção de um projeto hegemônico de sociedade tal como proposto por Gramsci e Williams é perpassada pelas relações entre classes dominantes e dominadas – e também na relação intra-classe -, ponto de suma importância para a compreensão da dinâmica cultural a partir da produção material. Sendo assim, faremos um exercício para demonstrar a aplicabilidade destes conceitos à nossa pesquisa, visando solidificar nossos pressupostos teórico-metodológicos.

Consideramos que a produção editorial se insere na dinâmica do processo cultural a partir da produção material que, segundo os autores destacados, será analisado a partir da existência de classes sociais. Podemos assim pontuar duas percepções. A primeira delas é a de que, de fato, o mercado editorial brasileiro estava iniciando o seu período de expansão, que culminará com o “milagre brasileiro” da década de 1970. A partir dos quadros encontrados em Hallewell (2005) e em Reimão (1996) podemos pensar em tais termos. A segunda, que veremos mais à frente, é a existência de um embate ideológico presente na edição de livros do período, decorrente do processo histórico em questão.

Salgado utiliza categorias interessantes para definir a análise do crescimento do mercado editorial, com as quais trabalharemos ao longo do nosso trabalho.

Entende-se como crescimento o aumento no número de publicações, tanto de títulos quanto de exemplares, mesmo que a média das tiragens permaneça sempre inalterada. Como expansão compreende-se o aumento do número de casas editoriais atuando no mercado, em diferentes centros urbanos. (SALGADO, 1994: 30).

Compreender a dinâmica do mercado editorial da época se faz necessário diante desta contextualização mais ampla de difusão ideológica. Segundo Salgado: “Os anos 60 foram marcados, no tocante ao mercado e à formação das indústrias editoriais, pelo crescimento na edição de exemplares e títulos e pela expansão no número de casas editoriais, nos principais centros urbanos [...]” (SALGADO, 1994: 30).

Segundo quadro apresentado por Hallewell (2005) – mais completo, pois indica a produção de folhetos, definidos como publicações de até 48 páginas – observamos um aumento na quantidade de exemplares distribuídos ao longo da década de 1960. No ano de 1962 foram editados 3.538 livros e 66.559.000 exemplares, além de 19.601.700 folhetos. No ano de 1963 encontramos 4.010 livros editados com 54.222.606 exemplares de livros e 26.158 347. No ano de 1964 3.882 livros, 51.912.564 exemplares de livros e 17.174.542 folhetos. Diante do contexto histórico no qual se insere a produção editorial do período, podemos observar um aumento – ainda que pequeno em termos percentuais – da divulgação de livros e folhetos.

Em termos mais gerais, consideramos que o cenário cultural do período em questão era influenciado diretamente pela instabilidade do processo político brasileiro no momento. Tratando do processo de construção de um dado projeto hegemônico no Brasil tal como propomos, pontuamos a análise de Dreifuss (2006). O autor destaca, ao longo de sua análise acerca do grupo do capital multinacional e associado, a busca deste por um espaço político de destaque, visto que possuía grande poderio econômico. Diante do fracasso das tentativas pela via institucional ou “legítima”², este grupo se organiza e busca na sociedade civil o consentimento para os seus projetos, legitimando o golpe classista civil-militar de 1964. Trazendo para a interpretação de Gramsci podemos dizer que, o grupo do capital multinacional e associado, estava buscando, através de sua organização no âmbito da sociedade civil, um espaço de destaque na sociedade política, a fim de estabelecer o seu projeto hegemônico.

Desta forma, buscava na produção editorial a difusão de suas idéias, utilizando a dinâmica cultural como instrumento de dominação política. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961, liderou uma “corrida” em busca da construção de um projeto hegemônico de sociedade.

Compreendemos o IPES como um aparelho privado de hegemonia - e o grupo do capital multinacional e associado como o sujeito social de tal aparelho - com um projeto específico que, através da divulgação de idéias como o anticomunismo e a defesa de uma democracia restrita, privada de características como a agitação sindical ou a organização da classe trabalhadora, buscou na sociedade civil o consenso e a legitimidade, dirigindo o processo intelectual e moralmente.

Dentre os diversos braços de atuação do IPES na difusão político-ideológica estavam os Grupos de Estudo e Ação, divididos em: Grupo de Levantamento da Conjuntura; Grupo de Assessoria Parlamentar; Grupo de Opinião Pública; Grupo de Publicações/Editorial; e o Grupo de Estudo e Doutrina. Para nossa análise daremos importância maior ao Grupo de Publicações/Editorial (GPE), que teve influência direta no mercado editorial. Este último estava ligado ao GOP e organizava uma cadeia de canais de expressão onde disseminava material impresso e visual com sua mensagem ideológica, conduzindo efetivamente uma campanha de guerra psicológica, liderada pelo IPES (DREIFUSS, 2006: 211).

Dentro do projeto hegemônico desenvolvido pelo IPES encontramos definições ideológicas claras. Heloísa Starling (1986) discute a disseminação dos valores ideológicos do grupo do capital multinacional e associado em Minas Gerais e nos traz algumas considerações bastante interessantes. Para a autora, a linha de atuação ideológica do IPES buscou encontrar os pontos de acesso entre as diversas parcelas da sociedade civil a fim de que se obtivesse uma união de interesses semelhantes de diferentes grupos, destacando a freqüente oposição entre a ditadura comunista e a sociedade democrática. Essa oposição leva à difusão de um modelo de democracia onde questões como a defesa da livre empresa e da propriedade privada, a diluição do conflito entre capital e trabalho e o caráter contrário à comunização do país aparecem como elementos centrais.

Em relação ao anticomunismo, Dreifuss destaca que, através da ação político-ideológica, “o IPES inundava o país com a propaganda anticomunista da elite orgânica, em forma de livros, folhetos ou panfletos” (DREIFUSS, 2006: 253). Conhecer o inimigo comunista era essencial no entendimento do IPES. Isto era a justificativa para tal propaganda,

² O grupo em questão havia apoiado a eleição do presidente Jânio Quadros. Sua vitória foi compreendida como uma vitória institucional do grupo do capital multinacional e associado.

que estava intimamente ligada à produção da Escola Superior de Guerra. A idéia de que no Brasil a guerra revolucionária³ se encontrava em curso reforçava ainda mais a propaganda anticomunista.

Podemos considerar que a década de 1960 no Brasil se caracteriza por um momento de efervescência política, tanto de setores da esquerda quanto da direita. Consideramos que o mercado editorial reflete este momento. Reimão destaca que:

Apesar de ser pequena a produção editorial do período, vários memorialistas dos anos 60 partilham essa sensação de “explosão”, a qual deve ser creditada muito mais à qualidade dos títulos impressos, do que à quantidade da produção editorial, que foi pequena, como vimos. (REIMÃO, 1996: 41)

Ao atribuir à qualidade dos títulos impressos a importância da produção editorial do período estamos considerando o peso político que a mesma incide sobre a sociedade civil. Partindo disso, entendemos que o grupo do capital multinacional e associado, identificado com os setores mais conservadores da direita liberal, utilizou a edição de livros de maneira ideológica, divulgando valores como o anticomunismo e uma democracia específica, tal como pontuamos acima.

Porém, da mesma maneira que os setores conservadores liberais dispunham de seu aparato ideológico editorial encontramos a edição de livros importantes na formação dos movimentos de esquerda que estavam se desenvolvendo ao longo daquele período. Vale recordar que a década de 1960 no Brasil é caracterizada pela forte mobilização sindical, refletida na fundação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, do deslocamento das questões sindicais e da maior atuação política dos sindicatos evidenciados a partir do governo de João Goulart. No bojo dos movimentos de esquerda em crescimento na década de 1960 estão o movimento estudantil, o Partido Comunista Brasileiro – o “Partidão” e outros movimentos políticos, que forneceram potenciais leitores dos “clássicos” marxistas.

A produção editorial de setores da esquerda é evidenciada pela edição de livros de autores marxistas tais como Antonio Gramsci, George Lukács, Herbert Marcuse e o próprio Marx, com a primeira tradução para o português de “O Capital” editada no ano de 1960 pela Editora Civilização Brasileira. Segundo Salgado, Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira:

³ A concepção de guerra revolucionária comunista, na compreensão das Forças Armadas, pode ser encontrada em trabalhos da Escola Superior de Guerra. Não entraremos no mérito desta discussão neste trabalho.

[...] [editou] as obras de Gramsci, além das de outros marxistas, com traduções de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho; uma definitiva tradução de “O Capital”, de Marx, feita por Reginaldo Santana (a primeira no Brasil) [...]. (SALGADO, 1994: 55)

Algumas editoras consolidaram sua posição no mercado na mesma década. Entre elas destacamos a GRD e O Cruzeiro, como mais recentes, e as editoras Companhia Editora Nacional, José Olímpio e Editora Globo, como as líderes de vendas no período.

Como indicamos acima ao definir o nosso escopo teórico, entendemos que estas editoras, vinculadas ao IPES, atuavam como difusores de idéias pertencentes ao projeto de classe em curso. A partir das listagens encontradas no arquivo do IPES observamos que, em muitos casos, o nome do Instituto não aparece explicitamente. Isso pode ser entendido como uma estratégia da ação coletiva empreendida, na medida em que veiculavam seus valores ideológicos sem adquirir nenhum tipo de rótulo que os “condenasse”. Ao longo da pesquisa, encontramos algumas diferentes frentes de atuação do Instituto no mercado editorial: os livros poderiam ser patrocinados, financiados, editados ou meramente distribuídos.

A partir das listas de publicações encontradas identificamos as referências completas de alguns títulos, com editora e ano de publicação. As editoras GRD, O Cruzeiro, José Olímpio e Editora Globo aparecem como principais, juntando-se a elas as editoras Distribuidora Record e Agir.

As ligações das editoras apontadas com o IPES foram encontradas tanto no arquivo do Instituto quanto na bibliografia analisada. Destacamos a importância da vinculação pessoal de um dos donos da Distribuidora Record ao Instituto. Décio de Abreu, cuja editora fundou junto com Alfredo Machado em 1942, era membro do conselho consultivo do IPES, sendo caracterizado, inclusive, como a pessoa jurídica representante da distribuidora. Hallelwell nos fornece informações complementares:

*Grande parte da base desse apoio fora plantada cuidadosamente numa intensa campanha de propaganda, quase toda orquestrada pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), organização financiada por entidades privadas (e virulentamente anticomunistas). Entre as editoras, **ofereceram apoio financeiro** a Agir, Paulo de Azevedo (Francisco Alves), Globo, Kosmos, LTB, Monterrey, Nacional, José Olímpio e Vecchi. A Agir, “O Cruzeiro” e a AGGS **deram assessoria técnica ao IPES**; a Saraiva **cuidou de publicações e forneceu espaço de publicidade na TV**; a GRD **foi importante entre as fontes de livros distribuídos pelo Instituto**, como *Cuba – Nação independente ou satélite?*, de Michel Aubry, *A China Comunista em perspectiva*, de Doak Barnett, *A agricultura sobre o comunismo*, de George Benson, e *Anatomia do comunismo*, de Margaret Dorvar et al. O próprio dono da GRD, Gumercindo Rocha Dória, era presidente da Confederação de Centros Culturais da Juventude. O grupo que dirigia as atividades editoriais do IPES, de que faziam parte Rachel de Queiroz e Augusto Frederico Schmidt, instalou no Rio o Centro de Bibliotecnia, com vistas a publicar*

livros infantis e distribuir livros recebidos através do projeto norte-americano Franklin Book Programs. (HALLEWELL, 2005: 522, grifos meus).

Além de Décio Abreu e Gumercindo Rocha Dória encontramos o nome de Cândido Guinle de Paula Machado, da editora Agir, e de Octalles Marcondes Ferreira, dono da Companhia Editora Nacional, nas listas de sócios do IPES. Este último, sogro de Ênio Silveira da Civilização Brasileira:

[...] desaprovava cada vez mais a quantidade do material esquerdista que seu genro publicava, e os “Cadernos do Povo Brasileiro” parecem ter sido a gota d’água. Na verdade, Octalles distanciava-se tanto da posição de Ênio na política que, em 1963, ajudou no apoio financeiro ao programa editorial do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). (HALLEWELL, 2005: 544).

Alguns dos livros destacados por Hallewell serão analisados ao longo da pesquisa e constam na lista de publicações vinculadas ao IPES. Os livros e as editoras que possuíam algum tipo de ligação com Instituto constituem parte essencial do nosso objeto de pesquisa. Analisaremos mais profundamente seu conteúdo na dissertação, buscando demonstrar as hipóteses apresentadas neste trabalho. Nosso objetivo com o presente trabalho foi fornecer uma contextualização histórica do período analisado, incluindo os principais elementos constituintes do mercado editorial da época a fim de traçar o panorama no qual nossas hipóteses de trabalho se inserem. Pretendemos, desta forma, inserir o debate teórico acerca da dinâmica cultural na realidade social da época, mostrando a relação entre os objetivos de uma ação de classe e a produção editorial ocorrida na década de 1960 no Brasil.

Referências Bibliográficas

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

NEVES, Lúcia M. W.; LIMA, Julio C. F. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.

REIMÃO, Sônia. *Mercado editorial brasileiro 1960-1990*. São Paulo: Com-Arte: FAPESP, 1996.

SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.